

## **Jornalismo Investigativo e Construção Social da Realidade: Reflexões sobre qualidade da notícia, objetividade e rigor metodológico**

*Investigative Journalism and the Social Construction of Reality: Reflections on news quality, objectivity and methodological rigor*

**HEITOR COSTA LIMA DA ROCHA.**

*Universidade Federal de Pernambuco/Brasil*  
[heitor.rocha@ufpe.br](mailto:heitor.rocha@ufpe.br)

**VERÔNICA MARIA RUFINO DE SOUSA.**

*Universidade Federal de Pernambuco/Brasil*  
[veronica.sousa@ufpe.br](mailto:veronica.sousa@ufpe.br)

Recepción: 29.11.2023

Aceptación: 13.12.2023

Publicación: 30.12.23

### RESUMO

Este estudo propõe uma reflexão sobre a necessidade de se compreender o jornalismo como meio de construção de conhecimento intersubjetivo. Partindo da análise do processo investigativo do jornalista Caco Barcellos no livro “Rota 66: A História da Polícia que Mata”, busca-se pensar o Jornalismo Investigativo para além de relatos objetivos e superficiais de denúncias ou transgressões legais, compreendendo-o como espaço para formação social, meio propulsor de uma cidadania mais crítica e de articulação de demandas da sociedade civil na composição da agenda pública formal. Na discussão epistemológica, pretende-se superar conceitos como os de verdade absoluta, objetividade e avaloratividade científica, e reconhecer as implicações ideológicas sempre presentes nas atribuições de sentido, tanto na ciência quanto no jornalismo.

Palavras chave: jornalismo investigativo; construtivismo; intersubjetividade, epistemologia

### ABSTRACT

This study proposes a reflection on the need to understand journalism as a means of building intersubjective knowledge. Starting from the analysis of the investigative process of journalist Caco Barcellos in the book “Rota 66: The History of the Police that Kills”, we seek to think about Investigative Journalism beyond objective and superficial reports of accusations or legal transgressions, understanding it as a space for social formation, a means of promoting more critical citizenship and articulating the demands of civil society in the composition of the formal public agenda. In the epistemological discussion, the aim is to overcome concepts such as absolute truth, objectivity and scientific value, and to recognize the ideological implications always present in the attributions of meaning, both in science and in journalism.

Keywords: investigative journalism; constructivism; intersubjectivity; epistemology

## 1. Introdução

Apesar de sempre presente como temática dos estudos da área do jornalismo, a questão da objetividade tende a ser debatida no âmbito da sua conceituação e da polêmica envolvendo pesquisadores que a percebem como mito inalcançável e os que a compreendem como principal fator de qualidade jornalística - sendo poucos os acadêmicos que realmente assumem algum posicionamento além do entendimento de algo capaz de realizar uma validação da notícia absoluta, tanto quanto transcendentalmente inalcançável, mas inteligível como um significado inerente ao próprio fato, se constituindo, assim, como imperativo categórico fundante do jornalismo. Nesta discussão epistemológica, faz-se necessário superar a pretensa avaloratividade científica do positivismo e reconhecer as implicações ideológicas sempre presentes nas atribuições de sentido, tanto na ciência quanto no jornalismo.

Extrapolando o debate sobre o que venha a ser objetividade e baseando-se em autores como Cornu (1994), Rocha (2007), Schudson (1978), Gans (2003), Rüdiger (2021), Correia (2011), Sponholz (2009) e Habermas (1984, 1997), pretende-se por meio desta pesquisa, sob o viés construtivista, refletir sobre a prática jornalística baseada em uma perspectiva de intersubjetividade. Desta forma, diante suas especificidades, métodos e função social foi escolhido como objeto de estudo o Jornalismo Investigativo, especificamente, o livro do jornalista brasileiro Caco Barcellos intitulado “Rota 66: A História da Polícia que Mata”.

A partir dos estudos de Lalueza (2003), Fortes (2012), Aguiar (2006), Waisbord (2000), Nascimento (2010) e Moura (2007) realizou-se análise do processo investigativo do jornalista, buscando, por meio da exposição de fatores de intersubjetividade apresentados na obra, pensar esta modalidade de jornalismo para além de relatos objetivos e superficiais de denúncias ou transgressões legais, compreendendo-o como espaço para formação social, meio propulsor de uma cidadania mais crítica e de articulação de demandas da sociedade civil na composição da agenda pública formal.

Inicialmente, são apresentadas reflexões sobre os principais estudos voltados à objetividade jornalística, sua caracterização, inserção como temática acadêmica, critério moral e parâmetro de qualidade profissional. Em seguida, aborda-se a perspectiva construtivista e a proposta de se pensar a intersubjetividade na prática jornalística. Por fim, foram destacadas as particularidades do Jornalismo Investigativo e, através de estudo de caso do livro “Rota 66: A História da Polícia que Mata”, são apresentados fatores que propiciam a essa modalidade de jornalismo se constituir como um meio de construção de conhecimento intersubjetivo.

## 2. De que objetividade estamos falando?

Seja como fator de credibilidade, como mito ou como estratégia profissional, a temática da objetividade tem sido instrumento de estudos de diversos pesquisadores no âmbito do estado da arte do jornalismo. Segundo Cornu (1994: 182), o interesse pela problemática ocorreu a partir da segunda metade do século XIX, sob hegemonia da ideologia epistêmica positivista e sob a influência dos estudos da chamada *Mass Communication Reseach* norte-americana. Castro e Rocha (2015: 106) caracterizam a

epistemologia positivista dominante como “fetichizada pela ideia do acesso à verdade absoluta das leis de causa e efeito universais, e por uma metodologia restrita à rotina fática de uma pesquisa burocratizada realizada exclusivamente através dos procedimentos de mensuração das técnicas quantitativas.”

Nesse contexto, é importante destacar ainda o desenvolvimento da grande imprensa mercantil proporcionou uma mudança na atividade jornalística. Se no final do século XVIII e início do século XIX, a imprensa voltava-se exclusivamente a questões relativas “à expressão de opiniões, ao debate de ideias constitutivo do espaço público”, os donos de jornais passaram a buscar, neste novo cenário, cada vez mais atingir o maior número possível de leitores.

É de Edward Ross (2006: 88-89) uma das principais denúncias referentes a esse aspecto. Segundo o autor, a industrialização do jornalismo, com o monopólio do grande capital sobre este segmento do mercado, trouxe como consequência, mais do que a prevalência do sensacionalismo e da espetacularização, a supressão das consideradas notícias de qualidade, evidenciando que a maior ameaça à qualidade do jornalismo não é simplesmente o compromisso mercadológico, mas especialmente a distorção política e ideológica. Como a decisão não pertence mais a um jornalista diretor da organização empresarial (uma vez que este não possui e não pode controlar o capital necessário para manter, criar ou comprar um jornal), cabe a um empresário decidir o conteúdo dos jornais.

Ross (2006: 89) explica que nesse cenário “cada vez mais o dono de um grande jornal é um homem de negócios que não entende porque deveria gerenciar o seu negócio de um modo diferente de como o fazem o dono de um hotel, o empresário de espetáculos ou o proprietário de um parque de diversões”. Assim, os diretores dos jornais apenas podem publicar a parte de sua consciência, de seus ideais e valores profissionais compatíveis não só com propostas satisfatórios aos seus resultados econômicos, mas, sobretudo, à reprodução da sua dominação e da respectiva ideologia hegemônica, excluindo os temas e reivindicações das classes e grupos periféricos identificados com a contra-ideologia questionadora dos interesses da estrutura de poder. Como exemplos, Ross (2006: 94) cita caso em que professor é demitido por defender as pensões dos professores e que, em geral, “durante as disputas trabalhistas os fatos são habitualmente distorcidos em prejuízo dos trabalhadores”. A expectativa em alcançar tais resultados foi respaldada na ideologia epistêmica positivista da objetividade, com ilusão de um significado/conhecimento inerente à própria realidade dos fatos.

Como infere Cornu (1994:182),

o informador começava por oferecer num primeiro parágrafo um resumo sucinto da notícia, respondendo por regra às perguntas de base (quem, o quê, quando, onde, como?), antes de apresentar os pormenores, ou mesmo alguns desenvolvimentos explicativos ou especulativos (porquê, com quais consequências?). Reduzida ao seu núcleo factual, a notícia apresentava-se desde logo, com o seu *lead*, como candidata à objetividade.

Ainda conforme o autor, este processo, que caracterizou o estilo da imprensa anglo-americana, assim como atendia aos interesses mercantis, proporcionava ao leitor a vantagem de constituir seu próprio mundo informativo, num processo de escolhas de

leitura que poderia começar e terminar no primeiro parágrafo de um texto. (Cornu, 1994)

Para que isso acontecesse, os jornalistas passaram a adotar um estilo “imparcial”, “neutro” e padronizado. “Entrando nos hábitos jornalísticos pela pequena porta das ambições comerciais e das limitações técnicas, a objectividade como prática jornalística erigiu-se assim, pouco a pouco, em critério de moral profissional”. (Cornu, 1994: 1982)

É neste sentido, como infere Correia (2011), que a objetividade passa a ser compreendida e alimentada como técnica – ou conjunto de técnicas -, mais adequadas à descrição de um fato. A objetividade entendida como relato factual contribuía para a uma despolitização e para descrença em uma imprensa partidária. “Em todos os países, na mesma altura, regista-se a convivência fácil entre a adopção desta objectividade e a preferência por um registo sensacionalista”. (Correia, 2011: 141)

Retomando os estudos de Schudson (1978), Correia (2011) aborda a emergência do profissionalismo jornalístico e as considerações sobre objetividade no século XX. No contexto do surgimento das relações públicas e a Era da Propaganda, o relato objetivo no jornalismo tornou-se algo preocupante.

Schudson distingue as crenças jornalísticas do século XIX, fundadas no empirismo ingênuo e na fé nos factos de uma concepção mais moderna, formulada no século XX que encara as normas da escrita objectiva como um conjunto de estratégias defensivas contra o ambiente do cepticismo e desapontamento que consideravam a objectividade como impossível. (Correia, 2011: 142)

Como reação, desenvolveu-se o que Sponholz (2009) retrata de *detachment*, movimento que defendia a ideia de que o jornalista deve evitar expressar sentimentos e julgamentos nos textos, observando de forma controlada a realidade. Tendo como um dos seus incentivadores o jornalista Walter Lippmann, a proposta pretendia o uso de modelos científicos a fim de promover o distanciamento entre o sujeito (jornalista) e seu objeto (o acontecimento). Assim, características como distanciamento pessoal e avaloratividade científica, expressos na profissão de fé positivista, se incorporaram ao fazer jornalístico.

As discussões aqui apresentadas sobre o surgimento da objetividade jornalística e a relação entre jornalismo e ciência, no contexto de ideais positivistas, voltam-se para a utilização da objetividade como um meio para encontrar a verdade – compreendida neste sentido, como algo que pode ser alcançado através de técnicas e métodos. Porém, como aponta Sponholz (2009), o conceito de objetividade, apesar de polissêmico, abrange ainda questões envolvendo credibilidade e qualidade jornalísticas.

Partindo de um conceito epistemológico de objetividade em jornalismo, pautado na ideia do jornalismo como processo de conhecimento que possui como finalidade ser um mediador entre a realidade e o público, assim como Sponholz (2009) outros autores influenciados pelo neo-marxismo, pós-estruturalismo, estudos culturais, sociologias críticas e pela sociologia da organização jornalística questionam a objetividade como ideal profissional. (Correia, 2011)

Esse questionamento teve maior evidência diante da mudança do paradigma científico do positivismo para o construtivismo, a partir da chamada “Guinada

Linguística/Pragmática”, ocorrida na década de 1960, (Rocha, 2007; Ponte, 2005). Tal corrente filosófica, baseada nos estudos dos pragmáticos de George Mead, Charles Peirce, dentre outros – ignorados pela ideologia epistêmica positivista dominante desde o século XIX, concentra sua atenção na relação entre os signos e seus utilizadores, enfatizando que “para além das dimensões sintática e semântica na análise do processo sógnico, há uma dimensão contextual, a qual evidencia que o signo não é independente da sua utilização” (Castro&Rocha, 2015: 104). No que se refere aos conceitos de verdade e realidade, os filósofos desta corrente os assimilam à crença de uma comunidade de comunicação – constituindo-se numa teoria consensual da verdade -, compreendendo que a verdade não preexiste à ação humana, mas nela tem origem. (Charaudeau, 2006)

Neste contexto, a nova perspectiva epistemológica construtivista baseia-se na compreensão da realidade – e, por conseguinte da informação -, como construção social e não como algo dado, preexistente e inquestionável como concebia o positivismo que pretendia, através do “uso de técnicas precisas de descrição do real, ao retirar do jornalista parte do seu poder de manobra como codificador, retira-lhe também parte de sua responsabilidade. Não é o repórter quem fala e escreve, e sim a realidade por ele espelhada”. (Barros Filho, 2003: 25)

O contexto de produção (*newsmaking*) e toda a complexidade que envolve a seleção e a organização de conteúdos jornalísticos também são essenciais para o viés construtivista, que também salienta os constrangimentos (editoriais, políticos, ideológicos, etc.) e condicionamentos que envolvem o processo de construção das notícias. Como explica Correia (2011: 146),

nas diversas fases da actividade de recolha, distribuição e produção de notícias, a acção mediadora do jornalista exerce-se no contexto de diversos factores constitutivos de uma rede complexa de condicionalismos e constrangimentos que, no termo do processo, fazem com que as notícias tenham um determinado conteúdo, uma determinada forma. As notícias são assim encaradas como um resultado de interacção entre factores de natureza pessoal, social cultural, ideológica, económica, política, entre outras.

Complementarmente, os estudos da linguagem e suas reflexões enquanto produto histórico e cultural auxiliam na desmitificação de que, uma informação, ao ser relatada em forma de linguagem, pode ser, de alguma forma, neutra. Neste sentido, dialogando com Correia (2011), Rüdiger (2021: 52) explana que “os relatos jornalísticos não somente estão impregnados de subjetividade, mas (...) igualmente se fundam em esquemas ficcionais autônomos, às vezes provindos de tempos imemoriais, cuja origem está na criatividade coletiva, em vez da observação da realidade”. Ainda nessa perspectiva, infere Charaudeau (2006) que toda captura de realidade empírica passa pelo ponto de vista particular, o qual atua como filtro. Assim, não há como se conceber uma realidade total, mas sim, uma realidade construída.

Tais considerações também são refletidas no âmbito da epistemologia e da filosofia da ciência. Piaget e Garcia (2011) refutam os mitos positivistas de avaloratividade científica e neutralidade axiológica, até hoje aclamados em estudos que abrangem o estado da arte de jornalismo. Os autores denunciam que a ideologia epistêmica

positivista carrega consigo a descontextualização e a conseqüente despolitização dos indivíduos.

Sobre o tema, eles explicam que, como a ciência é condicionada aos aspectos culturais, históricos e sociais de uma determinada época, o quadro epistêmico vigente deve funcionar de acordo com a ideologia científica dominante.

a cada momento histórico e em cada sociedade, predomina um determinado quadro epistêmico, produto de paradigmas sociais e origem de um novo paradigma epistêmico. Mas uma vez constituído um determinado quadro epistêmico, torna-se impossível dissociar a contribuição proveniente do componente social daquela que é intrínseca ao sistema cognitivo. Assim constituído, o quadro epistêmico começa a atuar como uma ideologia que condiciona o desenvolvimento posterior da ciência. Essa ideologia funciona como um obstáculo epistemológico que não permite qualquer desenvolvimento fora do quadro conceitual aceito. É apenas nos momentos de crise, de revoluções científicas, que há uma ruptura com a ideologia científica dominante e que se passa a um estado diferente com um novo quadro epistêmico, distinto do precedente. (Piaget & Garcia, 2011: 344-345)

Após essa abordagem sobre a concepção epistemológica construtivista, faz-se necessário adentrar na sua proposta de superação das discussões sobre objetividade e subjetividade no jornalismo, remetendo a reflexões sobre a prática jornalística no âmbito de uma perspectiva de intersubjetividade, como propõem autores como Rocha (2007), Correia (2011) e Cornu (1994).

### 3. Intersubjetividade como proposta

Ao analisar o viés construtivista, Rocha (2007: 174) retoma a proposta de uma “substituição da consciência pela linguagem, como critério de racionalidade por excelência”, considerando que, se por meio da filosofia da consciência, a razão se restringia a uma subjetividade individual, na perspectiva dos estudos da linguagem, ela passa a ser compreendida em um âmbito que extrapola o indivíduo de forma isolada, ou seja, de forma intersubjetiva.

Assim, a questão da transcendência (capacidade do ser humano de construir conhecimento) transborda os limites da mente para envolver a base de um saber compartilhado intersubjetivamente, que implica o reconhecimento de que o mundo só se dá a conhecer, como coisa relatada. (Rocha, 2007: 174)

O método intersubjetivo na validação de uma informação é objeto de reflexão de Cornu (1994). O pesquisador remete-se a Popper ao abordar a ideia de uma validação pela discussão como forma de se chegar a um consenso social. Importante destacar, no que se refere à compreensão do que venha a ser esse consenso, na concepção de interpretação das ciências histórico-hermenêuticas, que ele “representa um esforço na reconstrução do sentido atribuído pelas pessoas às suas relações interpessoais legítimas ou ilegitimamente reguladas, cuja totalidade compõe o mundo social”. (Rocha, 2007: 180)

Infere-se, portanto, neste entendimento, a noção do jornalista como um dos participantes desta comunidade de interpretação, que atua como mediador do debate público e que não deve, neste processo, apagar-se como sujeito.



Mais longe, a referência a valores e a afirmação do sujeito são modalidades da investigação jornalística, se esta quiser fugir ao funcionalismo puro de um sistema midiático iludido pela sua própria pretensão a uma informação <total>. A grande lição da hermenêutica para o jornalismo – quanto ao sentido dos acontecimentos, estar na actualidade que se procura e procurar na actualidade o que se tem em si – é um factor decisivo de pluralismo da informação, que opera desde o nível da observação. Esta dá ao jornalista os meios de conjurar os efeitos do sistema, explorando liberdades que lhe restam. Afirma-se a si mesmo, com toda a subjectividade, na escolha e recolha de certas informações, é contribuir para a emergência de uma verdade que não cabe inteira nos programas convencionais da agenda do dia. (Cornu, 1994: 350)

Tanto Cornu (1994), quanto Rocha (2007) e Correia (2011) alertam que os questionamentos feitos à objetividade como referência no jornalismo não devem ser sinónimo de abandono no rigor dos métodos. Segundo Correia (2011: 146-147),

(...) nenhuma das observações relativas às cautelas a ter com a noção de objectividade tem necessariamente de implicar o menor afastamento do rigor no relato ou uma espécie de licença para mentir ou para ficcionar (...) Desse modo, a crítica de uma noção ingênuas de objectividade (como aquela em que se acredita que a notícia seja o espelho da realidade) não significa que se desista de ultrapassar os obstáculos que impedem um relato sério e rigoroso.

Na mesma linha de pensamento, infere Cornu (1994) que o jornalista pode atuar como construtor do conhecimento de mundo e cumprir sua missão com a verdade, a ética e a justiça, desenvolvendo com rigor sua missão de apurar, inquirir e investigar com profundidade as suas matérias.

#### 4. Jornalismo Investigativo e Intersubjetividade

A partir das reflexões apresentadas pretende-se abordar como o Jornalismo Investigativo pode se tornar um ambiente propício para prática de um jornalismo baseado na intersubjetividade, correlacionando sua caracterização, métodos e função social, às perspectivas construtivistas.

No que concerne às discussões acadêmicas referentes à complexidade de uma reportagem investigativa, Fortes (2012: 10) destaca que “jornalismo investigativo é algo mais complexo, trabalhoso e perigoso. Não se assemelha com a rotina natural das redações. Exige talento, tempo, dinheiro, paciência e sorte”. (Fortes, 2012: 10) Como critérios-base desta modalidade de jornalismo, Ferrán Lalueza (2003) destaca que a reportagem deve apresentar uma denúncia, partir de algum fato inédito essencial, possuir relevância duradoura e ter sido integralmente verificada.

O primeiro critério apresentado por Lalueza (2003) é essencial nas discussões sobre um dos papéis do Jornalismo Investigativo: expor questões ocultas e maléficas à sociedade. (Aguiar, 2006) Este foco não se resume ao meio político e econômico, como percebido em grande parte das matérias caracterizadas como investigativas. As abordagens desse tipo de jornalismo devem envolver outras questões sociais relevantes, promovendo, inclusive, a sua função pedagógica, por meio do esclarecimento das temáticas abordadas e da apresentação de uma pluralidade de visões, como bem salienta Meditsch (2017).

Assim, como pode-se perceber em Marcet (1997: 22), “las posibilidades del PI (Periodismo de Investigación) son infinitas y su campo temático ilimitado”.

A partir desta premissa, como principais critérios de noticiabilidade no Jornalismo Investigativo, ficam nítidos o interesse público do assunto a ser investigado e os benefícios que os resultados das reportagens irão trazer à sociedade. Waisbord (2000) propõe que é a partir da exposição de transgressões sociais e abusos de poder, que o Jornalismo Investigativo cobra de agentes públicos e políticos uma maior responsabilidade e transparência nos seus atos, agindo, muitas vezes, como “guardião da sociedade”, na busca de “evidenciar as misérias presentes ou passadas de um corpo social”. (Sequeira, 2005: 24)

A prática do Jornalismo Investigativo também é evidenciada na articulação de demandas da sociedade civil na composição da agenda pública formal, ocasionando, conseqüentemente, mudanças estruturais nas relações de forças entre a sociedade civil e o sistema político. (Sousa & Rocha, 2022) Para uma melhor compreensão sobre como isso acontece, Habermas (1997) descreve, por meio dos três modelos de deliberação propostos por Cobb, Ross e Ross (1976), como são formulados os temas e como são orientados os fluxos comunicacionais na esfera pública.

(1) O primeiro modelo é o de *acesso interno*, cuja iniciativa pertence exclusivamente à estrutura de poder (grupos políticos que controlam o aparelho do estado e as corporações do mercado). Conforme esse modelo, “antes de ser discutido formalmente, o tema segue o seu percurso no âmbito do sistema político, sem a influência perceptível da esfera pública política ou até com a exclusão dela” (Habermas, 1997: 113-114).

(2) O segundo modelo acontece quando a iniciativa pertence aos jornalistas investigativos e/ou uma elite dissidente, os quais inserem um tema na discussão pública contrário aos interesses da estrutura de poder, constituindo o *modelo de mobilização*. Segundo Habermas (1997), neste modelo a estrutura de poder é obrigada a sair de sua zona de conforto, uma vez que passa a ter que mobilizar apoios para que a sua demanda de interesse seja validada na esfera pública. Em outras palavras, neste modelo, pela primeira vez, a estrutura de poder precisa conquistar o apoio, nem que seja tácito, das galerias da opinião pública para que um programa do interesse das elites seja implementado. Ainda assim, na grande maioria das vezes, as deliberações decorrentes desse modelo também beneficiam a estrutura de poder, devido aos seus privilégios e às tremendas desigualdades sociais. Cabe ressaltar, portanto, que, no modelo de mobilização, as elites perdem a prerrogativa de deliberar exclusivamente as questões de seus interesses, precisando entrar numa disputa de visibilidade com as galerias da opinião pública – nas quais também estão representados interesses de outras classes sociais.

(3) Por fim, Habermas (1997) apresenta o *modelo de iniciativa externa* que pertence “às forças que se encontram fora do sistema político, as quais impõem o tratamento formal utilizando-se da esfera pública mobilizada, isto é, da pressão de uma opinião pública” (Habermas, 1997: 114). Isso acontece quando grupos que não pertencem ao sistema governamental articulam uma determinada demanda, a propagam dentro da esfera pública com o objetivo de conseguir adesão dos demais públicos e inserir tal tema na agenda pública. Conseqüentemente, acabam gerando uma pressão nos detentores de

poder de decisão para inclusão do assunto no debate formal. Tal modelo é tributário do modelo de mobilização, ou seja, precisa dele para ser gerado. (Sousa & Rocha, 2022)

Como exemplos da relevância do Jornalismo Investigativo para a superação das barreiras impostas pela estrutura de poder na esfera pública, tem-se, no âmbito do segundo modelo habermaseano, a reportagem do Washington Post sobre o caso Watergate – quando a imprensa, com auxílio de uma fonte anônima da Casa Branca conhecida como Garganta Profunda, iniciou uma série de investigações que culminou, em 1974, na renúncia de Richard Nixon ao cargo de presidente dos Estados Unidos; e, no que se refere ao terceiro modelo – de iniciativa externa - a reportagem do The Intercept Brasil<sup>1</sup>, em 2022, sobre uma juíza de Santa Catarina que induziu uma criança de 11 anos, grávida após estupro, a desistir do aborto legal. A repercussão da matéria pelos *media* resultou na mobilização da população e de entidades sociais - acarretando não apenas na mudança de posicionamento do Poder Judiciário, mas ainda na abertura de processo de investigação sobre a atuação da juíza, da promotora e do hospital envolvidos no caso.

A reportagem publicada pelo The Intercept Brasil ilustra como a prática do jornalismo investigativo pode incentivar uma mudança no fluxo de comunicação na esfera pública, não apenas proporcionando maior visibilidade a demandas, proposições e atores da periferia referenciada no modelo proposto por Habermas (2011), mas também cobrando dos detentores do poder posicionamentos diante de transgressões e abusos. (Sousa & Rocha, 2022: 13)

Tais reflexões corroboram com os entendimentos de Chaparro (1994) sobre o real poder do jornalismo nas sociedades democráticas. Para ele, “denunciar à sociedade o comportamento corrupto e imoral de um presidente da República é dever do jornalismo e do jornalista; derrubá-lo é prerrogativa do povo organizado”. (Chaparro, 1994: 121) Assim, compreende-se o poder relativo do jornalista e reforça-se sua função como agente formador para o fortalecimento “de um público esclarecido e atuante no ambiente político”, com o poder “de alterar as relações entre a sociedade civil e o sistema político” (Sousa & Rocha, 2022: 14).

Como abordado anteriormente, o rigor e a transparência no método são propostos pelos construtivistas para proporcionar maior credibilidade e legitimidade no fazer jornalístico. Sobre o assunto, tem-se dentre os principais pesquisadores da área, que o Jornalismo Investigativo deve se apoiar em fatos, onde o mérito do processo se dá através da aproximação e no confronto das informações para que sejam abertos caminhos para uma nova compreensão da realidade. (Sequeira, 2005; Nascimento, 2010)

Assim, como descreve Quesada (1996 como citado em Ponte, 2005), o Jornalismo Investigativo possui parâmetros diferenciados nos seus processos, buscando

2) denunciar de forma clara e com base na verificação documental, factos ou situações ilegais ou carentes de regulação que vão contra o interesse público geral; 3) verificar todo o processo de investigação por um sistema de contraste duplo dos dados, por via documental e recurso a fontes independentes, a fim de reduzir a zero a margem de erro

---

<sup>1</sup> <https://www.intercept.com.br/2022/06/20/video-juiza-sc-menina-11-anos-estupro-aborto/>

no publicado; 4) romper o silêncio das fontes oficiais implicadas nos temas, forçando-as a responder pelas suas actuações perante a opinião pública. (Quesada, 1996 como citado em Ponte, 2005: 58)

É neste sentido que Fortes (2012: 35-40) destaca a importância da realização de uma pesquisa minuciosa, optando o jornalista por “fugir de fontes oficiais e óbvias”, agindo com curiosidade, discrição e responsabilidade, e realizando procedimentos de checagem e recheagem em todo o processo de investigação, sempre que uma informação parecer “estranha, imprecisa, inconstante ou óbvia demais”.

Assim como no jornalismo convencional, existem barreiras e constrangimentos referentes às políticas editoriais e vieses políticos dos veículos de comunicação na prática do Jornalismo Investigativo, que podem levar, muitas vezes, à manipulação do conteúdo a ser abordado nas reportagens. Porém, diferentemente da prática diária, os jornalistas investigativos ao possuírem mais tempo e uma maior liberdade na produção de suas reportagens, podem ultrapassar o mero denunciamento e realizar um aprofundamento nas questões abordadas. É nesse sentido que passa a atuar como agente estimulador e mediador do debate público, sem ocultar sua subjetividade e - compreendendo que seu objeto de atividade é fugaz e ele, como ser humano falível, permite-se retificar e aperfeiçoar, por meio de métodos de checagem, o conteúdo apresentado em seus textos. (Cornu, 1994; Meditsch, 2017)

Como exemplo de que a assimilação de tais características referentes à intersubjetividade é possível na prática do Jornalismo Investigativo, será analisado o processo de investigação do jornalista Caco Barcellos na produção do livro “Rota 66: A História da Polícia que Mata”.

## 5. Para além do denunciamento: Aspectos de intersubjetividade em “Rota 66”

Fruto de uma rigorosa investigação sobre o extermínio de milhares de pessoas, em sua maioria inocentes, pela Polícia Militar de São Paulo entre as décadas de 1970 e 1990, 'Rota 66 - A história da polícia que mata' foi vencedor do prêmio Jabuti de 1993. Nele, Caco Barcellos denuncia a atuação ilegal da Ronda Ostensiva Tobias de Aguiar (Rota), mostrando a complexidade de todo um sistema que incentiva esse tipo de ação. A partir de uma pesquisa que durou cinco anos, Barcellos não apresenta apenas dados incontestáveis - alcançados por meio de uma investigação que ultrapassou as informações oficiais -, realizando ainda uma contextualização sobre o cerne do problema da atuação da polícia, destacando traços humanísticos de cada vítima e o perfil de seus principais matadores.

São de Moura (2007) os principais relatos sobre o processo de investigação do jornalista brasileiro Caco Barcellos na produção da obra. A autora utiliza os documentos disponibilizados pelo repórter no trabalho de denunciar a prática de extermínio da polícia para construir sua tese de doutorado intitulada “Caco Barcellos – o repórter e o método”.

No que concerne aos métodos de investigação do jornalista, Moura (2007) destaca uma semelhança entre o trabalho do repórter e o de um cientista, uma vez que ambos partem de um movimento particular para o geral. “Num processo semelhante [ao do cientista] o repórter analisou fatos em busca de explicações para todos os 4.179 crimes cometidos

pela polícia. Enfim, buscou leis para dar conta de todas as ocorrências”, explica Moura (2007: 247).

A necessidade de rigor no processo de apuração jornalística ganha notoriedade na obra de Barcellos, uma vez que o repórter é enfático na utilização de procedimentos de checagem e re Checagem em todo seu percurso investigativo.

Ele fez questão de ser exaustivo nas provas e exigente na apuração dos detalhes, por menores que pudessem parecer. A análise das fichas mostrou bem o seu cuidado para não cometer engano, embora soubesse que o erro é, em qualquer circunstância, possível de ocorrer. E, para evitá-lo, não importava quantas vezes precisasse ir aos arquivos ou a qualquer outro lugar para confrontar as informações. (Moura, 2007: 245)

Percebe-se, portanto, que a condição falibilística do jornalista é um traço bastante característico do viés construtivista. Neste sentido, ao apontar a transparência na produção de reportagens como forma de minimizar os riscos de enganos, manipulação e prevenir a disseminação de notícias falsas, Barcellos faz questão de expor os métodos utilizados em suas pesquisas e as dificuldades encontradas no percurso de construção de sua obra.

Esta é uma das conclusões do Banco de Dados, que estou criando, nos meus primeiros dias de trabalho em São Paulo. Meu objetivo, ao iniciar a pesquisa, é conhecer o perfil das vítimas e as circunstâncias em que elas são mortas pela Polícia Militar. Poderia ser uma tarefa relativamente simples, se os dados não fossem considerados sigilosos pelas autoridades do Comando da PM. Bastava fundamentalmente eu ter acesso às notas oficiais sobre os tiroteios do passado, divulgados à imprensa pelo Serviço de Relações Públicas. Simples, se não estivéssemos na metade da década de 70. (...) Como meus pedidos de pesquisa nos arquivos da PM são sempre negados, sou obrigado a tomar o caminho da investigação. (Barcellos, 2016, n.p.)

Segundo Maciel (2018), ao descrever minuciosamente os dados bases de sua narrativa e todo o processo que o fez chegar às conclusões sobre os assassinatos cometidos por policiais da Rota, Barcellos demonstra não apenas seu profissionalismo e ética, mas sua honestidade com o leitor.

É merecedora de destaque, ainda, a preocupação de Caco Barcellos com a apresentação dos fatos de forma contextualizada, levando o leitor à reflexão sobre as causas e consequências da problemática abordada. Como explica Moura (2007: 246), “A sua investigação se construiu mediante relações estabelecidas entre os diversos casos investigados. (...) Na sua longa investigação, ele foi estabelecendo relações entre os crimes para, a partir daí, retirar características do sistema de matança da polícia”. Assim, Barcellos refletiu sobre o fato de a polícia matar mais pessoas negra ou pardas, jovens e trabalhadores sem nenhum antecedente criminal.

A introdução de perspectivas humanizadas dos personagens nos relatos de Barcellos também deve ser refletida nesta explanação sobre intersubjetividade. Segundo Moura (2007: 245),

na verdade, foi um processo que trouxe uma concepção de jornalismo investigativo voltada não apenas para a pesquisa documental, mas para a investigação do espírito e do estado dos personagens, de suas ações e de seu comportamento. Pois, ao inquirir sobre as causas e origens dos crimes, o jornalista buscou também traçar um quadro de intimidade

dos envolvidos, notadamente das vítimas. Neste sentido, a sua apuração se assemelhou a um trabalho de escavação. Ele esmiuçou e perseguiu cada detalhe, possibilitando ao leitor conhecer bem de perto o universo dos seus personagens.

O próprio Caco Barcellos faz questão de frisar que o momento que mais aprecia no processo de produção é o de captação das informações junto aos seus entrevistados. Além de compreender a gama de sentimentos que envolve o personagem, o momento é crucial no estabelecimento de uma relação de confiança desse com o repórter. “É ficar conversando, conquistando a confiança reciprocamente. E aí, nas áreas mais distantes, onde imprensa não circula, a gente é recebido como rei, como rainha, você está na cama com a pessoa, sentado, tomando um café junto com ela, muito legal isso”. (Maciel, 2018: 182)

A utilização de artifícios literários para demonstrar comportamentos, ações e gestos dos personagens também auxiliou Barcellos na missão de revelar o íntimo dos seus personagens. Como no trecho abaixo:

O avô acompanhou de perto a formação de Augusto, um jovem discreto, apegado à família, muito generoso com os amigos e até mesmo com estranhos. (...) No passado, o neto era sempre levado por ele a acompanhar casos urgentes pelos lugarejos do interior de Orlândia. Cenas inesquecíveis vividas com o avô foram lembradas no telefonema desta noite. A namorada já ouviu a mesma história talvez dez, doze vezes, mas Augusto sempre a repete com entusiasmo. (Barcellos, 2016, n.p.)

É por meio dessa observação intramundana, como explica Rocha (2007: 180) ao abordar o entendimento pragmático proporcionado pela comunicação, que o jornalista – como observador de uma realidade – insere-se no contexto social dos personagens e, com base nos seus valores morais, busca “entender as pretensões de validade de correção ou retidão com que são fundamentadas”.

Traços de subjetividade do repórter explicitados na obra alinham-se às subjetividades dos personagens, demonstrando uma realidade que é construída de forma intersubjetiva, coletiva e histórica, como no trecho a seguir:

Estou a mil quilômetros dos Jardins ao receber a notícia, por telex, da perseguição aos rapazes do Fusca azul. Minha primeira reação é de estranheza. Tenho três anos de experiência em reportagens sobre violência. Por força do trabalho e pelas histórias da minha vida pessoal, já conheço bem os métodos de ação das polícias militares, criadas poucos anos antes pela ditadura em vários estados do país. (Barcellos, 2016, n.p.)

Tais aspectos fazem com que Caco Barcellos seja considerado pelo jornalista Narciso Kalili, durante a apresentação de “Rota 66”, um jornalista que adota e defende, em toda extensão de sua obra, um posicionamento - ao contrário da maioria dos profissionais que veem na imparcialidade um aspecto de qualidade jornalística. Segundo relata Kalili, para Barcellos, “estar de um lado não significa distorcer a realidade, mas aprofundar discordâncias, radicalizar diferenças”, (Barcellos, 2016, n.p.) colaborando para o aprofundamento do debate social sobre a realidade abordada.

## 6. Considerações finais

Diante do contexto atual, marcado pela falta de credibilidade no jornalismo (seja devido à ampliação de desinformação ou à atuação cada vez mais rasa dos *media* noticiosos), refletir sobre o conceito de objetividade e a sua utilização no meio profissional é essencial. Pensar em objetividade sob o viés ingênuo do positivismo – ou seja, como princípio orientador da profissão e principal indicador de qualidade de uma reportagem, sendo o jornalista entendido como possuidor de acesso à verdade absoluta da realidade dos fatos, obrigado moralmente a ser imparcial e produzir textos concisos, padronizados e sem traços de sua subjetividade -, não faz mais sentido. Além disso, toda essa opressão à atuação profissional, onde ele é impedido de se posicionar diante dos fatos, ou seja, de atuar como intérprete de sentido, trata-se de uma ameaça à própria democracia.

De forma contrária, a proposta aqui apresentada é refletir sobre a necessidade de compreender o jornalismo como meio de construção de conhecimento de forma intersubjetiva, que extrapola o âmbito de subjetividades individuais, com a convicção de que a verdade plena e absoluta de um fato é algo inalcançável para humanidade e que é impossível (e, mesmo que não o fosse, não seria eticamente recomendável) ao jornalista desvincular-se totalmente, em seu trabalho, de sua base ideológica (embora esta deva estar sempre justificada claramente), crenças, contexto social e dos próprios constrangimentos impostos no âmbito político e comercial do mundo dos *media* noticiosos.

Contudo, há de se considerar que as cautelas referentes à noção de objetividade não devem implicar no afastamento do rigor metodológico, da seriedade e das responsabilidades que implicam a atividade jornalística. É neste sentido que destacamos o Jornalismo Investigativo como modalidade que tende a reunir tais características, principalmente, diante de especificidades como o maior tempo para produção de uma reportagem e uma maior autonomia do repórter, se comparadas às práticas rotineiras das redações. Em “Rota 66: A História da Polícia que Mata”, Caco Barcellos consegue aliar métodos investigativos minuciosos com relatos profundos e humanizados de cada personagem envolvido, além de suas próprias percepções e considerações como ser humano/jornalista/observador/ator social, para abordar a complexidade que envolve a atuação da polícia militar em periferias, estimulando a reflexão da sociedade sobre a temática.

Importante, por fim, destacar que não se pretende expor o Jornalismo Investigativo como “salvador da pátria”, uma vez que, assim como no jornalismo convencional, ele também está exposto às políticas editoriais e aos fatores comerciais das empresas jornalísticas, necessitando, dessa forma ser transparente em sua metodologia para não se tornar objeto de manipulação ou meio de propagação de desinformação. O que é proposto, nesta pesquisa, é apresentar essa modalidade como uma das possibilidades para que, em meio a um cenário de descrédito, sob a perspectiva construtivista, o jornalista reafirme seu papel de mediador e a sua função primordial de articulador de um espaço democrático para o debate público e a formação social.

## Referências

- Aguiar, L. A. (2006). “O jornalismo investigativo e seus critérios de noticiabilidade: notas introdutórias”. *Alceu*, v. 7. [http://revistaalceu-acervo.com.puc-rio.br/media/alceu\\_n13\\_Aguiar.pdf](http://revistaalceu-acervo.com.puc-rio.br/media/alceu_n13_Aguiar.pdf).
- Barcellos, C. (2016). *Rota 66: A História da Polícia que Mata*. Editora Record.
- Barros Filho, C. (2003). *Ética na comunicação*. São Paulo: Summus.
- Chaparro, M. C. (1994). *Pragmática do jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística*. Summus Editorial.
- Charaudeau, P. (2006). *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto.
- Cornu, D.. (1994). *Jornalismo e Verdade*. Ginebre. Labor et Fides.
- Correia, J. C. (2011). *O admirável mundo das notícias: teorias e métodos*. LabCom Books. Lisboa.
- Castro, R. & Rocha, H. C. L. (2015). Comunicação, Ideologia e Ciência: questões epistemológicas e metodológicas. *Estudos em Comunicação*, n. 21. <https://doi.org/10.20287/ec.n21.a07>
- Fortes, L. (2012). *Jornalismo investigativo*. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto.
- Gans, H. J. (2003). *Democracy and the news*. New York: Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/oso/9780195151329.001.0001>
- Habermas, J. (1984). *Mudança estrutural da esfera pública*. Trad. Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Habermas, J. (1997). *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, volume II.
- Lalueza, F. (2003). Periodismo de Investigación televisivo. Marco teórico y metodológico para el análisis de la modalidad. *Tesis Doctoral* leída en la Universidad Pompeu Fabra de Barcelona.
- Maciel, A. Z. (2018). Narradores do contemporâneo: jornalistas escritores e o livro-reportagem no Brasil. *Tese* (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/29836>
- Marcet, J. M. C. (1997). *Periodismo de investigación: teoría y práctica*. Madrid: Editorial Síntesi.
- Meditsch, E. (2017). O Jornalismo Como Prática Cultural De Produção do Conhecimento. In: Silva, F. F.; Sousa, J. B.; Nunes, P. (Orgs) *Escutas sobre o Jornalismo*. João Pessoa: Editora do CCTA. <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ancora/article/view/40091/20127>
- Moura, S. (2007). *Caco Barcellos: o repórter e o método*. Editoria Universitária UFPB.
- Nascimento, S. (2010). *Os novos escribas: o fenômeno do jornalismo sobre investigações no Brasil*. Arquipélago Editorial Ltda.
- Piaget, J. & Garcia, R. (2011). *Psicogênese e história das ciências*. Petrópolis: Vozes.
- Ponte, C. (2005). *Para entender as notícias: linhas de análise do discurso jornalístico*. Insular.
- Rocha, H. C. L. (2007). Verdade e rigor no jornalismo: a intersubjetividade como referência na construção da notícia. *Estudos em Comunicação*, 2, 171-183.

- Ross, E. (2006). A supressão das notícias importantes. In: BERGER, C; MAROCCO, B. (orgs.) *A era glacial do jornalismo II*. Porto Alegre: Sulina.
- Rudigüer, F. (2021). *As Teorias do Jornalismo no Brasil*. 1 ed. Florianópolis, SC: Editora Insular.
- Sequeira, C. (2005). *Jornalismo Investigativo*. O fato por trás da notícia. Summus. São Paulo.
- Sousa, V. M. R.; Rocha, H. C. L. (2022). Para além de investigações: Jornalismo Investigativo como propulsor de mudança nos fluxos de comunicação na esfera pública habermasiana. 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. *Anais...* João Pessoa-PB. <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2022/resumo/0720202209315562d7f5bb61cff.pdf>
- Sponholz, L. (2009). *Jornalismo, conhecimento e objetividade: além de espelho e das construções*. Insular.
- Waisbord, S. (2000). *Watchdog journalism in South America: news, accountability and democracy*. Nova York: Columbia University Press.